ATA - TRE-AP/PRES/DG/STI

COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

(Portarias TRE-AP 466/2012 e 240-2018)

Ata de Reunião

Dados da Reunião

Data: 03/03/2020	**Início:** 17h	**Término:** 19h	**Local:** STI
Pauta Inicial:	**1.** Plano de Segurança da Informação **2.** Malote Digital **3.** Assinatura de documentos no SEI **4.** Vulnerabilidades do Tomcat **5.** Banco de Dados AP1 **6.** Central de Serviços		

Participantes

Nome	Cargo	Função no CGTIC
Emanoel dos Santos Flexa	STI	Membro
Leonardo Piovesano da Luz	STI/CSC	Membro
Jimmy Almendra Macedo	STI/CINF	Membro
Wainner Brum Caetano	STI/CSC/SBDW	Convidado
Danilo Carvalho Carreira	STI/CINF/SRS	Convidado

Assuntos tratados

1. Plano de Segurança da Informação

O servidor Emanoel iniciou a reunião reforçando a necessidade de implantarmos mecanismos de segurança da informação visando reduzir a quantidade de riscos que os serviços de TI do Tribunal apresentam. Em seguida solicitou à SRS criação de plano de segurança da informação (formato otimizado, 5W2H) com as atividades necessárias visando a redução desses riscos.

Sugeriu, em seguida, que o plano contenha, entre outras atividades, checklist de segurança no estilo *CIS BENCHMARK HARDENING/VULNERABILITY CHECKLISTS,* que será executado nas principais máquinas do TRE.

Neste tópico, ficou decidido que:

- SRS criará o plano de segurança
- O plano conterá o checklist discutido na reunião, que será executado, inicialmente, nas seguinte máquinas: apps, ap1, sei, araguari e na máquina virtual template utilizada na CINF

2. Malote Digital

A STI informou deu ciência do Ofício-Circular CNJ Nº 1 - DTI - , que trata de procedimentos a serem adotados pelas tribunais visando aumentar a segurança do malote digital.

Motivado por esse ofício, a STI demonstrou a necessidade de comunicação à Presidência do Tribunal dos riscos inerentes desse sistema para que ela decida sobre a aceitação ou não desses riscos.

Os servidores da STI, SRS e SBDW comentaram que a maioria dos tribunais regionais eleitorais não estão utilizando o sistema, conforme consulta realizada através do Whatsapp com servidores de segurança dos tribunais.

A STI questionou se a execução dos procedimentos previstos no Ofício-Circular CNJ Nº 1 - DTI - seriam suficientes para eliminar os riscos. Neste ponto, foi informado que, embora aqueles aumentem o nível de segurança da aplicação, ele não eliminaria todos os riscos de utilização do sistema, principalmente porque ele utiliza versão obsoleta do servidor de aplicação JBOSS, o qual não possui mais atualizações de segurança.

Adicionalmente, os servidores da SRS e SBDW informam que os custos para implementação de todos os passos do ofício do CNJ eram demasiadamente alto (tanto no sentido financeiro, devido necessidade de aquisição de ferramentas, quanto no sentido de esforços das unidades, que teriam que focar somente nas implementação das atividade do ofício por um longo tempo).

Nesses termos, ficou decidido o seguinte:

- O sistema permanecerá fora do ar;
- A STI vai comunicar à Presidência da indisponibilidade do sistema e os riscos da nova ativação sistema
- Os passos sugeridos no ofício seriam gradativamente implantados no TRE, como boas práticas de segurança.

3. Assinatura de documentos no SEI

O servidor Jimmy adicionou na pauta a necessidade informada pelos setores de contrato do tribunal para que usuários externos do SEI assinem documentos PDF externos.

A STI complementou questionando se também seria possível que os usuários internos assinassem documentos PDF

Diante disso, foi decidido que:

- A SBDW irá testar se é possível assinatura de documentos externos (PDF) por usuários internos e externos.

4. Vulnerabilidades do Tomcat

O servidor Leonardo iniciou esse tópico explicando os detalhes do e-mail enviado por ele à STI como título "Reunião sobre bug descoberto em Tomcats 6.x, 7.x, 8.x, 9.x".

Ele informou que foi encontrado um bug que afeta todos os servidores Tomcat das versões 6 a 9 e que esse bug permite ler os arquivos de configuração do tomcat e escrever nos diretórios do Tomcat. Ele apresentou também os riscos decorrentes dessas vulnerabilidades. Após algumas discussões técnicas visando descobrir a melhor solução para esse problema, ficou resolvido que:

- SBDW e SRS irão testar se proxy reverso impede as vulnerabilidades apresentados pela CSC.
- Se sim, será utilizado a arquitetura proxy reverso em todos os serviços disponíveis nas máquinas de Internet
- Gradativamente, a CSC irá migrar para a versão mais recente os servidores TOMCAT em utilização no TRE
- Quando houver. será aplicado *fix* nos servidores tomcat do TRE
- Se possível, a porta AJP (uma das vulnerabilidades apresentadas) será desativada

5. Banco de Dados AP1

A STI solicitou implantação de mecanismos de redundância de dados, no esquema do Oracle Dataguard, e revisão dos procedimentos de backup da AP1.

Em seguida, iniciou-se discussão acerca das licenças de utilização e máquinas físicas ou virtuais disponíveis para utilização do Oracle Dataguard.

Foi discutido também a possibilidade de utilização da Infraestrutura do TSE para o Oracle Dataguard do TRE-AP. Neste momento, o servidor Emanoel consultou o TSE (através do servidor Cristiano, coordenador de infraestrutura do TSE) e verificou que a resposta para essa consulta só poderia ser fornecida após a conclusão de todas as máquinas UF2 para o TSE, que irá acontecer no prazo aproximado de 1 ano.

A CSC completou às solicitações da STI a necessidade de migrar o banco da AP1 para versão mais recente.

Após discussões técnicas acerca dos itens acima, ficou decidido:

- SBDW e SRS irão revisar procedimentos de backup
- SBDW e SRS irão criar Oracle Dataguard em máquina física igual ou inferior à AP1

6. Central de Serviços

A STI consultou a CINF e SRS sobre a configuração do OTRS para a Central de Serviços. Foi informado que em breve as últimas configurações serão realizadas para que seja criado o ambiente de testes da ferramenta OTRS.

Documento assinado eletronicamente por **JIMMY ALMENDRA MACEDO**, **Coordenador(a)**, em 05/03/2020, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DANILO CARVALHO CARREIRA**, **Chefe de Seção**, em 05/03/2020, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **WAINNER BRUM CAETANO**, **Chefe de Seção**, em 05/03/2020, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO PIOVESANO DA LUZ**, **Coordenador(a)**, em 05/03/2020, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **EMANOEL DOS SANTOS FLEXA**, **Secretário(a)**, em 10/03/2020, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0428567** e o código CRC **7EA4AAE0**.